

## **Valor Econômico – 15/06/2009**

### **Regras do Ibama para térmicas criam conflito com o setor elétrico**

Infraestrutura: Exigências para compensar emissões de gases do efeito estufa são criticadas no governo

Daniel Rittner, de Brasília

Um novo conflito está em marcha entre o setor elétrico e a área ambiental do governo. Ele envolve a exigência de que usinas térmicas a óleo ou a carvão compensem integralmente suas emissões de gases do efeito estufa. Adotada em abril pelo Ibama, a norma já vale para os licenciamentos federais, complica a autorização para seis térmicas e pode ser estendida a empreendimentos sob análise de órgãos estaduais caso o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprove as novas regras em reunião extraordinária nos dias 1º e 2 de julho. Pelo menos um terço das emissões tem que ser compensada pelo plantio de árvores. O resto pode ser por medidas de eficiência energética ou investimentos em energias renováveis.

A medida foi anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e pegou o setor elétrico de surpresa. Para o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, a norma é resultado de uma decisão "unilateral" e "sem diálogo" com os demais ministérios. Ele pede o congelamento da medida enquanto se abrem discussões no governo para discutir seus efeitos sobre investimentos. "Todos sabemos que a nossa maior contribuição para o aquecimento global é, de longe, o desmatamento. O setor elétrico tem sido o melhor aluno da sala", diz ele, em referência ao predomínio de fontes renováveis na matriz brasileira, hoje em 85% de toda a geração de eletricidade.

A assessoria de Minc informou que ele não pretende recuar da medida no âmbito do licenciamento federal e trabalha para a sua implantação em todos os Estados. Procurado pelo Valor, o presidente do Ibama, Roberto Messias, não pôde dar entrevista.

Ao divulgar a medida, o ministro havia dito que o objetivo era desestimular a construção de novas térmicas, encarecendo esses projetos. Ele reconheceu que a exigência de reflorestamento podia aumentar substancialmente o custo dos projetos, "mas esse custo sempre existiu e acabava sendo pago por toda a sociedade", disse na ocasião.

"Isso inviabiliza a expansão do parque gerador com usinas térmicas", avalia Ricardo Lima, presidente da Abrace, uma associação de consumidores livres de energia, como grandes indústrias.

Levantamento feito pelo **Instituto Acende Brasil** indica que seis usinas movidas a óleo ou a carvão já estão sujeitas às novas regras por terem licenciamento ambiental tramitando no Ibama: Candiota III, MC-2 Gravataí, MPX Sul, Termomaranhão, Seival e Porto de Aratu. Ao todo, elas têm potência estimada em 3.500 megawatts (MW) - capacidade próxima à da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira. Somente Aratu seria movida a óleo combustível. As demais usinas - incluindo a MPX Sul e a Termomaranhão, do empresário Eike Batista - usarão carvão mineral.

Segundo estimativas do **Acende Brasil**, que reúne investidores privados no setor elétrico, o custo total de compensação das emissões de gases do efeito estufa pode chegar a 32,5% do investimento em uma termelétrica de 600 MW, se as exigências da instrução normativa nº 7 do Ibama forem cumpridas. A simulação envolveu uma usina a carvão no valor de R\$ 3,6 bilhões.

Para compensar um terço de suas emissões, essa usina exigiria o plantio de 40,9 milhões de árvores em uma área reflorestada de 24.068 hectares. A iniciativa custaria R\$ 168 milhões do dono da térmica. Na hipótese de compensar o restante das emissões com a construção de uma usina eólica de 200 MW, conforme sugere a norma, o investimento adicional chegaria a R\$ 1 bilhão.

"Sob todos os aspectos, a norma é equivocada. Pega-se uma montanha de dinheiro para abater uma montícula de gases do efeito estufa", afirma o presidente do instituto, **Claudio Sales**. Para ele, há outra contradição na medida: como os investimentos em energia renovável e reflorestamento deixariam de ser voluntários, podem ficar de fora do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que gera créditos de carbono comercializados a R\$ 39 por tonelada de CO<sub>2</sub> no mercado europeu e a R\$ 4 no americano.

Preocupado com as mudanças climáticas, o Ministério do Meio Ambiente bate de frente com o Plano Decenal de Energia, que prevê um aumento em 172% dos gases do efeito estufa produzidos pelo setor elétrico até 2017.

Em 2008, o setor despejou na atmosfera 14,4 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente. Nos próximos dez anos, o país teria mais 81 termelétricas movidas a combustíveis fósseis, segundo o plano, que foi alvo de protesto de ambientalistas. A mistura de 3% do biocombustível ao diesel convencional evitará o despejo de 62 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> ao longo dos próximos dez anos, mas esse esforço será perdido com o funcionamento das térmicas por um ano e sete meses.

A norma do Ibama não será aplicada para usinas a gás natural - o menos poluente entre os combustíveis fósseis. No leilão de energia nova marcado para 27 de agosto, com suprimento a partir de 2012, foram habilitadas 119 usinas com 14.362 MW de potência - cerca de 80% a gás. Oito projetos, somando 1.477 MW, são de térmicas a óleo combustível.